

A cautela das embaixadas

por Maria Helena Tachinardi
de Brasília

O anúncio da suspensão de pagamentos dos juros da dívida externa brasileira deverá implicar atraso na concessão de financiamento de US\$ 300 milhões do Japanese Export-Import Bank à Eletrobrás e alterações nas linhas de curto prazo destinadas a amparar as operações de importação do País.

Essa é a previsão feita a este jornal por uma fonte da chancelaria japonesa que passou o dia de ontem coletando informações sobre o assunto para remetê-las a Tóquio.

Uma avaliação mais precisa

sobre a influência das medidas adotadas pelo governo na última sexta-feira nas relações econômicas bilaterais Brasil-Japão só deverá ser conhecida, no entanto, na próxima semana. "Hoje não temos indicação alguma sobre o que acontecerá", disse o diplomata que, como outros colegas de embaixadas nos países-membros do Clube de Paris, aguarda instruções de seu país.

O governo suíço também está examinando o quadro econômico brasileiro depois da suspensão de pagamentos dos juros, mas ainda não emitiu reações. O fato é que a "moratória técnica" adotada pelo Brasil não configura uma

situação de risco político, explicou a este jornal um diplomata da embaixada suíça.

A "Garantie Contre Les Risques à l'Exportation (GRE), organismo oficial destinado a assegurar créditos de bancos e empresas que financiam a venda de produtos suíços não deverá alterar sua programação depois da "moratória" brasileira. Desde o segundo semestre do ano passado, a instituição, que cobra um prêmio de seus clientes de 1% sobre o valor da venda, tem assegurado exportações ao Brasil com base em análises individuais da situação das empresas importadoras.

Ouvidas também sobre a suspensão de pagamentos de

juros, as chancelarias da França e da Grã-Bretanha preferiram não comentar o assunto.

CLUBE DE PARIS

O acerto bilateral Suíça-Brasil no âmbito do Clube de Paris ocorrerá em Brasília dentro de cinco a seis semanas e a negociação com a França, também dentro do Clube, está marcada para o dia 11 de março. Com os dezesseis governos-membros dessa Instituição, o Brasil terá prazo até final de julho para acertar condições de pagamento sobre o capital e os juros da dívida referente aos anos de 1985 e 1986 e o recalculamento de seis meses do principal de 1987.